

Alberto Binder / Ed Cape /
Zaza Namoradze/
ADC/ CERJUSC /
CONNECTAS /
DEJUSTICIA / IDDD /
ICCPG / IJPP / INECIP

Defesa criminal efetiva na América Latina

1ª edição

São Paulo, 2016

Alberto Binder / Ed Cape / Zaza Namoradze /
ADC/ CERJUSC / CONECTAS / DEJUSTICIA /
IDDD / ICCPG / IJPP / INECIP

Junho de 2015

Defesa criminal efetiva na América Latina



Esta publicação foi possível graças ao generoso financiamento
de Open Society Foundations



Esta publicação conta com o apoio da Red Regional
para la Justicia Previa al Juicio – América Latina

ISBN: 978-85-63150-01-1 Versão impressa

ISBN: 978-85-63150-02-8 Versão digital



Creative Commons Licence 2.5: Attribution Non Commercial-Share-Alike

Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD

Avenida Liberdade, 65, conjunto 1101 – CEP 01503-904 – São Paulo – SP

Contatos: (11) 3107-1399 <iddd@iddd.org.br> <www.iddd.org.br>

Conectas Direitos Humanos

Avenida Paulista, 575, conjunto 1901 – CEP 01311-000 – São Paulo – SP

Contatos: (11) 3884-7440 – <conectas@conectas.org> – <www.conectas.org>

SUMÁRIO

Prefácio e agradecimentos.....	V
Sumário.....	IX
Biografias	XXVII

PARTE I. DEFESA CRIMINAL EFETIVA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA.....	1
--	---

Capítulo 1. Defesa Criminal Efetiva e Imparcialidade de julgamento 3

1. Introdução.....	3
2. Defesa criminal efetiva e imparcialidade de julgamento	6
3. O projeto de pesquisa e a metodologia.....	10
3.1 A meta e os propósitos do projeto.....	11
3.2 O conteúdo e o âmbito do projeto.....	12
3.3 A metodologia do projeto	13
4. O direito a um julgamento imparcial no contexto internacional	15
4.1 O contexto mundial	15
4.2 O sistema de direitos humanos na América Latina.....	19
4.3 A abordagem europeia	21
4.3.1 Introdução.....	21
4.3.2 A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	22
4.3.3 A União Europeia e direitos processuais	26
4.3.4 Direitos processuais na Europa — um exemplo	29
5. Conclusões	32
6. Bibliografia.....	33

Capítulo 2. Parâmetros sobre defesa penal efetiva na América Latina.....	35
1. Introdução.....	35
2. O contexto de uma justiça criminal em processo de mudança.....	39
2.1 A Corte Interamericana. Preocupações de época	41
2.2 Os modelos de organização inquisitoriais. O problema da burocratização dos problemas	43
2.3 O exercício da advocacia: formalismo contra o exercício dos direitos	44
2.4 Condições carcerárias e defesa.....	46
2.5 Devido processo, julgamento imparcial ou julgamento justo.....	47
2.6 Alguns esclarecimentos sobre os sistemas penais (infrações penais, imputação de fato e formal, apreensão, prisão, detenção)	50
3. Parâmetros internacionais	54
3.1 Direito a contar com informação	57
3.1.1 Direito a ser informado sobre a natureza e causas da prisão ou detenção e os direitos que decorrem dessa situação.....	59
3.1.2 Direito a ser informado sobre o tipo e as causas da imputação ou acusação (denúncia)	63
3.1.3 Direito a obter informação sobre os direitos relativos à sua defesa que lhe são garantidos.....	65
3.1.4 Direito a ter acesso ao material probatório e ao inquérito policial (dossiê, processo, arquivo, sumário de instrução etc.)	67
3.2 Direito a se defender e a contar com assistência legal	68
3.2.1 Direito do acusado a defender-se e representar-se pessoalmente.....	68
3.2.2 Direito a contar com assistência e representação legal (técnica) de sua confiança e livre escolha	70
3.2.3 Direito a contar com assistência legal durante o interrogatório	71
3.2.4 Direito a se comunicar reservadamente com o advogado defensor	72
3.2.5 Direito a escolher e contar gratuitamente com os serviços de um advogado, para as pessoas que não puderem pagá-lo	73
3.2.6 Direito a que os advogados sejam regidos por padrões	

	profissionais mínimos, devam orientar-se exclusivamente pelo interesse de seu defendido e sejam independentes.....	74
3.3	Direitos ou garantias judiciais genéricas relativas ao julgamento imparcial (fair trial)	76
3.3.1	Direito à presunção de inocência	76
3.3.2	Direito a permanecer em silêncio ou a não depor contra si mesmo.....	78
3.3.3	Direito a permanecer em liberdade durante o processo enquanto o julgamento se encontrar pendente	79
3.3.4	Direito de presença e participação no julgamento	84
3.3.5	Direito a que as decisões que o afetem sejam motivadas em fundamentos razoáveis	85
3.3.6	Direito a uma revisão integral da sentença condenatória	87
3.4	Direitos ou garantias vinculadas com a efetividade da defesa.....	89
3.4.1	Direito a investigar o caso e a propor provas	89
3.4.2	Direito a contar com suficiente tempo e possibilidades para preparar a defesa	90
3.4.3	Paridade de armas na produção e controle da prova e no desenvolvimento das audiências públicas e contraditórias	91
3.4.4	Direito a contar com um intérprete de sua confiança e à tradução dos documentos e provas.....	92
4.	Considerações finais	93
5.	Bibliografia	94

PARTE II. ESTRATÉGIAS NACIONAIS EFETIVAS PARA A DEFESA CRIMINAL.....97

Capítulo 3. Análise por país. Argentina 99

1.	Introdução.....	99
1.1	Informação política e demográfica	99
1.2	A seleção de jurisdições.....	100
1.3	Descrição do sistema de justiça criminal. Estruturas organizacionais e reformas	100
1.4	Descrição do processo penal. Procedimentos e reformas.....	104

1.4.1	O início da persecução penal	104
1.4.2	A acusação e a liberdade.....	105
1.4.3	A acusação	106
1.4.4	O julgamento	107
1.4.5	As vítimas e seus direitos.....	107
1.4.6	O controle das garantias.....	108
1.5	Problemas sociais e políticos vinculados à justiça penal	108
1.6	Definições metodológicas	109
2.	Assistência jurídica gratuita.....	110
2.1	Os custos da defesa	110
2.1.1	Gasto em defesa pública por jurisdição	110
2.1.2	Rendimentos de defensores públicos comparados com outros atores.....	111
2.2	Organização da defesa jurídica gratuita	111
2.2.1	Esquema organizacional por jurisdição.....	112
2.2.2	Recursos materiais por jurisdição	115
3.	Os direitos e sua implementação.....	116
3.1	Direito à informação.....	116
3.1.1	Direito a ser informado das causas da prisão e os direitos que emanam dessa situação	116
3.1.2	Direito a ser informado sobre a acusação.....	117
3.1.3	Direito a ser informado sobre as possibilidades defensivas do acusado	119
3.1.4	Direito a ter acesso aos elementos de prova em contrário .	120
3.2	O direito a se defender ativamente	121
3.2.1	Direito à autodefesa	121
3.2.2	Direito a escolher e a contar com um defensor de confiança e qualidade técnica	122
3.2.3	Direito a ser interrogado na presença do defensor	125
3.2.4	Direito a se comunicar reservadamente com o defensor ...	126
3.2.5	Direito a contar com um defensor designado pelo Estado quando o acusado não puder pagar por um.....	127
3.2.6	Direito a que o defensor preserve os interesses de seu assistido sem aderir a outros critérios ou diretrizes superiores	129
3.3	Direitos processuais	130

3.3.1	Direito a permanecer em liberdade durante o processo.....	130
3.3.2	Direito à presença e participação direta durante o julgamento.....	135
3.3.3	Direito à presunção de inocência e a ser tratado como tal.....	136
3.3.4	Direito a permanecer em silêncio durante todo o processo	138
3.3.5	Direito a decisões fundamentadas	139
3.3.6	Direito a uma revisão integral da sentença condenatória ..	141
3.3.7	Direito à defesa efetiva durante a execução da pena.....	143
3.4	Garantias da efetividade da defesa.....	144
3.4.1	Direito a investigar o caso e propor provas	144
3.4.2	Direito a contar com suficiente tempo e possibilidades para preparar a defesa.....	146
3.4.3	Paridade de armas na produção e no controle da prova em todas as instâncias	148
3.4.4	Direito a contar com um intérprete de confiança e à tradução de documentos e provas	151
4.	A cultura profissional de defensores particulares e públicos	153
4.1	Regras e percepção sobre o papel dos advogados defensores e seus deveres com o cliente	153
4.1.1	O papel dos advogados nas regras das associações profissionais	153
4.1.2	Normas éticas e sanções disciplinares	154
4.2	As associações de advogados e seu papel.....	156
4.3	Responsabilidade das associações profissionais na assistência jurídica gratuita.....	156
4.4	Mecanismos de controle de qualidade do serviço jurídico	157
4.5	A independência profissional dos advogados defensores	158
5.	Direitos dos povos indígenas	159
5.1	Reconhecimento normativo dos povos indígenas	159
5.2	Instituições específicas para a defesa de membros de povos indígenas.....	160
5.3	Advogados especializados na defesa de membros de povos indígenas	160
5.4	Audiências em idiomas indígenas.....	161

5.5 Reconhecimento de penas impostas por tribunais indígenas.....	161
6. O compromisso político com a defesa criminal efetiva.....	162
6.1 A questão penal no discurso público	162
6.2 Os processos de reforma. Situação atual.....	163
6.3 Outras penalidades: os códigos de contravenções	165
7. Conclusões	167
8. Recomendações	171
9. Bibliografia.....	173
Capítulo 4. Análise por país. Brasil	181
1. Introdução	181
1.1 Contexto político, social e cultural da formação do sistema de justiça brasileiro	181
1.2 Breve síntese sobre a estrutura e o procedimento do sistema de justiça criminal brasileiro	183
1.3 Justificativa do recorte geográfico e metodologia da pesquisa	187
2. Assistência judiciária	191
3. Direitos legais e sua implementação	198
3.1 Direito à informação.....	198
3.2 Direito à defesa e à autodefesa	201
3.3 Direitos processuais	207
3.3.1 Direito de responder ao processo em liberdade e questões relacionadas a prisão processual.....	212
3.3.2 Direito de presença em seu julgamento	215
3.3.3 Direito à presunção de inocência	216
3.3.4 Direito ao silêncio.....	217
3.3.5 Direito a decisões fundamentadas	217
3.3.6 Direito de defesa durante a execução da pena.....	218
3.4 Direitos relativos à defesa efetiva	219
3.4.1 Direito de investigar o caso	219
3.4.2 Direito a tempo e instalações adequadas para preparar a defesa	221

3.4.3	Direito a paridade de armas na inquirição de testemunhas	221
3.4.4	Direito a tradução e intérprete para os não falantes da língua nativa	222
4.	Cultura profissional dos advogados de defesa e defensores públicos	223
4.1	As associações profissionais de advogados.....	223
4.2	O papel do advogado no procedimento criminal e seus deveres para com os clientes	223
4.3	Mecanismos de garantia e independência profissional individual dos advogados de defesa	225
5.	Direitos relativos às populações nativas	226
6.	Comprometimento político com a eficácia da defesa	228
6.1	Análise crítica das políticas governamentais referentes à defesa criminal e à assistência judiciária	228
6.2	O impacto da cultura punitivista	230
6.3	Percepções da população e abordagens da mídia sobre casos criminais como fatores de influência nos operadores do direito ..	231
7.	Direitos mais recorrentemente mencionados.....	232
8.	Conclusões	232
9.	Recomendações	237
10.	Bibliografia.....	239
Capítulo 5. Análise por país. Colômbia		241
1.	Introdução.....	241
1.1	Informação sociodemográfica básica	242
1.2	Índices de criminalidade e situação carcerária	243
1.3	Caracterização do sistema penal.....	244
1.4	O processo penal no âmbito do sistema acusatório.....	245
2.	Assistência legal	247
2.1	Estrutura e organização da defensoria pública.....	247
2.2	O serviço de defesa pública.....	249
2.2.1	Os defensores públicos.....	249
2.2.2	Os usuários	252

2.2.3	Prestação do serviço de defesa pública.....	254
3.	Direitos legais e sua implementação.....	257
3.1	Direito à informação.....	257
3.2	Direito à autodefesa.....	260
3.3	Direitos processuais	265
3.3.1	Direito a manter a liberdade durante o julgamento e questões relativas à prisão preventiva	265
3.3.2	Direito a estar presente no julgamento	266
3.3.3	Direito à presunção de inocência	267
3.3.4	Direito a permanecer calado	268
3.3.5	Direito a que as decisões sejam motivadas	270
3.3.6	Direito a recorrer e outros direitos processuais posteriores à sentença	271
3.4	Direitos relativos à defesa efetiva.....	272
3.4.1	Princípio de paridade de armas e direitos da defesa na investigação	272
3.4.2	Direito a contar com tempo e condições adequadas para preparar a defesa	276
3.4.3	Direito à paridade de armas na inquirição das testemunhas	277
3.4.4	Direito a contar gratuitamente com intérpretes nas audiências e obter traduções dos processos	277
4.	A cultura profissional dos advogados defensores.....	278
5.	Compromisso político com a defesa criminal efetiva.....	279
6.	Conclusões	280
7.	Recomendações	285
8.	Bibliografia.....	289
 Capítulo 6. Análise por país. Guatemala		293
1.	Introdução.....	293
1.1	Informação política e demográfica	293
1.2	Descrição geral do sistema de justiça criminal.....	294
1.3	Estrutura geral do sistema de justiça criminal e descrição do processo penal.....	295

1.4 O fenômeno da criminalidade e a resposta do Estado	299
2. Assistência legal	300
3. Direitos associados ao direito de defesa criminal e sua implementação na prática	306
3.1 Direito a contar com informação	306
3.2 Direito à própria defesa criminal e à representação legal.....	308
3.3 Direitos processuais	309
3.3.1 Direito a permanecer em liberdade durante o processo enquanto o julgamento se encontrar pendente	309
3.3.2 Direito do acusado a ser julgado em sua presença.....	311
3.3.3 Direito à presunção de inocência	313
3.3.4 Direito a permanecer em silêncio e/ou a não depor contra si mesmo.....	314
3.3.5 Direito a que as decisões que o afetam sejam motivadas em fundamentos razoáveis	316
3.3.6 Direito a recorrer	317
3.3.7 Direito à assistência legal durante a etapa de execução penal	319
3.4 Direitos relativos à efetiva defesa criminal	319
3.4.1 Direito a investigar o caso e a propor provas	319
3.4.2 Direito a contar com tempo suficiente e possibilidades para preparar a defesa.....	322
3.4.3 Direito à paridade de armas na produção e no controle das provas e em desenvolvimento das audiências públicas e contraditórias	324
3.4.4 Direito a contar com um intérprete de sua confiança e à tradução dos documentos e provas.....	326
3.5 Direito de defesa durante a execução da pena.....	327
3.6 Direito de defesa relativo aos povos indígenas	329
4. A cultura profissional das advogadas e dos advogados defensores	331
5. Compromissos políticos para uma efetiva defesa criminal	335
6. Conclusões	336
7. Recomendações	339
8. Bibliografia	340

Capítulo 7. Análise por país. México	343
1. Introdução.....	343
1.1 Informação demográfica e política básica	343
1.2 Descrição geral do sistema de justiça criminal	344
1.3 O processo penal e suas etapas	345
1.3.1 Distrito Federal (sistema tradicional)	346
1.3.2 Baixa Califórnia (sistema acusatório).....	347
1.4 Índices de criminalidade e população penitenciária	349
2. Sistema de defesa criminal	350
3. Direitos do acusado e sua aplicação.....	354
3.1 Direito à informação.....	354
3.1.1 Direito a ser informado sobre a natureza e as causas dada prisão ou detenção e os direitos decorrentes dessa situação.....	355
3.1.2 Direito a ter acesso à investigação do procurador ou do Ministério Público	357
3.1.3 Direito a ser informado sobre a natureza e as causas da imputação ou acusação.....	358
3.2 Direito a defender-se e a contar com assistência legal	359
3.2.1 Direito a contar com assistência legal durante os interrogatórios	359
3.2.2 Direito à comunicação reservada com o advogado defensor	360
3.2.3 Direito à defesa técnica	361
3.2.4 Direito à defesa adequada na fase de execução penal	363
3.3 Direitos e garantias vinculadas à efetividade da defesa.....	365
3.3.1 Direito a oferecer provas e testemunhas	365
3.3.2 Direito a contar com tempo suficiente e possibilidades para preparar a defesa	366
3.3.3 Paridade de armas na produção e controle da prova e no desenvolvimento das audiências públicas e contraditórias	367
3.3.4 Direito a contar com um intérprete de sua confiança e à tradução dos documentos e provas.....	368
3.4 Direitos ou garantias judiciais relativas ao julgamento imparcial	370

3.4.1	Direito à presunção de inocência	370
3.4.2	Direito a se manifestar ou a permanecer em silêncio	372
3.4.3	Direito a permanecer em liberdade durante o processo, enquanto se espera pelo julgamento	375
3.4.4	Direito a ser julgado em um prazo razoável	377
3.4.5	Direito a ser julgado em audiência pública por um juiz independente e imparcial	378
3.4.6	Direito a que as decisões que afetam os acusados sejam motivadas em fundamentos razoáveis	380
3.4.7	Direito a uma revisão integral da sentença condenatória	381
4.	Cultura profissional dos advogados litigantes	382
5.	Políticas públicas para uma defesa criminal efetiva	385
6.	Conclusões	386
7.	Recomendações	389
8.	Bibliografia	390
Capítulo 8. Análise por país. Peru.		397
1.	Informação sociodemográfica básica	397
1.1	Informação demográfica e política básica	397
1.2	Descrição geral do sistema de justiça criminal	398
1.3	Estrutura do novo modelo processual penal	399
1.4	Os níveis de criminalidade e a população carcerária	401
1.4.1	Níveis de delitos e insegurança cidadã	401
1.4.2	População carcerária	402
2.	A assistência jurídica	402
2.1	Organização e gestão do sistema de assistência jurídica	403
2.2	A despesa com assistência jurídica penal	404
2.3	Métodos de acesso à assistência jurídica penal	406
2.4	Elegibilidade para assistência jurídica penal e procedimentos da nomeação	408
2.4.1	O mecanismo para a designação do defensor público conforme quem o solicita	409
2.5	Remuneração da assistência jurídica penal	410
3.	Direitos reconhecidos legalmente e sua aplicação	413
3.1	O direito à informação	413

3.1.1	Direito a ser informado sobre a natureza e as causas da detenção.....	413
3.1.2	Direito a ser informado sobre a natureza e as causas da acusação	414
3.1.3	Direito a obter acesso à informação relevante do caso durante a fase policial, ministerial e judicial.....	416
3.2	O direito à defesa.....	418
3.2.1	Direito de a pessoa imputada defender-se e representar-se pessoalmente.....	418
3.2.2	Direito a contar com assistência e representação legal (técnica) de sua confiança e de livre escolha.....	419
3.2.3	Contar gratuitamente com os serviços de um advogado em caso de não poder arcar com os custos.....	420
3.2.4	Direito a conversar reservadamente com o defensor	421
3.2.5	Direito a contar com assistência legal durante o interrogatório.....	423
3.3	Os direitos processuais	424
3.3.1	O direito de responder ao processo em liberdade	424
3.3.2	Direito do acusado a ser julgado em sua presença.....	426
3.3.3	Direito à presunção de inocência	427
3.3.4	Direito a permanecer em silêncio	428
3.3.5	Direito às decisões motivadas	429
3.3.6	Direito a recorrer das sentenças	430
3.4	Direitos relacionados a uma defesa efetiva.....	432
3.4.1	O direito a investigar o caso	432
3.4.2	Direito a contar com tempo e meios adequados para preparar a defesa.....	433
3.4.3	Direito à paridade de armas na avaliação de testemunhas ...	434
3.4.4	Direito a contar com serviços de interpretação e tradução de documentos sem custo.....	434
4.	A cultura profissional dos defensores.....	436
5.	Direito dos povos indígenas.....	441
6.	O compromisso político com a defesa criminal efetiva.....	442
7.	Conclusões	444
	Recomendações	447
8.	Bibliografia.....	448

PARTE III. ANÁLISE, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES451

Capítulo 9. Conquistas e debilidades no cumprimento dos padrões internacionais.....	453
1. Introdução.....	453
2. O contexto específico de cada país. O grau de avanço da reforma da justiça criminal.....	454
3. Limites da pesquisa.....	458
4. Eixos temáticos.....	459
4.1 Direito a contar com informação	459
4.1.1 Direito a ser informado sobre a natureza e as causas da prisão ou detenção e os direitos que emanam dessa situação.....	462
4.1.2 Direito a ser informado sobre a natureza e as causas do indiciamento ou acusação	463
4.1.3 Direito a obter informação sobre os direitos relativos à sua defesa que lhe estão garantidos	465
4.1.4 Direito a obter acesso à prova material do caso e ao inquérito policial (alegação, processo, arquivo, sumário etc.)	466
4.2 Direito à defesa e a contar com um defensor	467
4.2.1 Direito de a pessoa imputada defender-se e representar-se pessoalmente.....	467
4.2.2 Direito a contar com assistência e representação legal (técnica) de sua confiança e de livre escolha.....	469
4.2.3 Direito a contar com assistência jurídica durante o interrogatório.....	470
4.2.4 Direito à entrevista reservada com o advogado defensor ..	471
4.2.5 Direito a escolher e a contar gratuitamente com os serviços de um advogado quando não se pode arcar com os custos.....	472
4.2.6 Direito a que os advogados sejam regidos conforme parâmetros profissionais mínimos, a que devam ser orientados exclusivamente pelo interesse de seu defendido e sejam independentes	474
4.3 Direitos ou garantias judiciais gerais, relativas ao julgamento imparcial	476

4.3.1	Direito à presunção de inocência	476
4.3.2	Direito a permanecer em silêncio ou a não depor contra si mesmo.....	477
4.3.3	Direito a permanecer em liberdade durante o processo enquanto se espera pelo julgamento	478
4.3.4	Direito a estar presente no julgamento e a participar dele.	480
4.3.5	Direito a que as decisões que afetam o acusado sejam motivadas em fundamentos razoáveis.....	481
4.3.6	Direito a uma revisão integral da sentença condenatória ..	482
4.4	Direitos vinculados à defesa criminal efetiva	483
4.4.1	Direito a investigar o caso e a produzir provas.....	483
4.4.2	Direito a contar com suficiente tempo e possibilidades para preparar a defesa.....	484
4.4.3	Paridade de armas na produção e no controle da prova e no desenvolvimento das audiências públicas e contraditórias	485
4.4.4	Direito a contar com um intérprete de sua confiança e à tradução dos documentos e provas.....	486
5.	Problemas especiais.....	487
5.1	Defesa durante a execução da pena	487
5.2	Situação dos povos originários	489
6.	Conclusões	490

Capítulo 10. Aperfeiçoando o acesso à defesa criminal efetiva 493

1.	Introdução.....	493
2.	Temas comuns.....	496
2.1	Violação aos direitos processuais	496
2.2	Uso excessivo da prisão provisória.....	500
2.3	Tempo, meios e informação inadequados para analisar as provas e preparar a defesa.....	502
2.4	Ausência de acesso à representação legal e assistência jurídica competente e independente	504
2.5	Qualidade e culturas profissionais	506
3.	Conclusões e recomendações de cada um dos países	508
3.1	Argentina.....	508

3.1.1	Questões importantes	508
3.1.2	Recomendações	513
3.2	Brasil	514
3.2.1	Questões importantes	514
3.2.2	Recomendações	518
3.3	Colômbia	519
3.3.1	Questões importantes	519
3.3.2	Recomendações	522
3.4	Guatemala	526
3.4.1	Questões importantes	526
3.4.2	Recomendações	528
3.5	México	529
3.5.1	Questões importantes	529
3.5.2	Recomendações	532
3.6	Peru	533
3.6.1	Questões importantes	533
3.6.2	Recomendações	536
4.	Bibliografia	537
ANEXOS		539
Anexo I. Desenvolvimento particularizado dos parâmetros internacionais		
sobre defesa criminal efetiva		541
1.	Direito a ser informado sobre a natureza e as causas da prisão ou detenção e os direitos que decorrem dessa situação (CADH, art. 7º, §4º)	542
2.	Direito a ser informado sobre a natureza e as causas do indiciamento ou acusação (CADH, art. 8º, §2º, inc. b)	542
3.	Direito a obter informação sobre os direitos relativos à sua defesa que lhe são garantidos (CADH, art. 8º, §2º, inc. c)	543
4.	Direito a obter acesso à prova material do caso e ao inquérito policial (dossiê, processo, arquivo, sumário, pastas etc.) (CADH, art. 8º, §2º, inc. f; CADH, art. 7º, §4º)	543

5. Direito à autodefesa (CADH, art. 8º, §2º, inc. d).....543
6. Direito a contar com assistência e representação legal (técnica) de sua confiança e livre escolha (CADH, art. 8, §2º, inc. d) 544
7. Direito a contar com assistência legal durante interrogatório (CADH, art. 8, §2º, inc. d)544
8. Direito à comunicação reservada com o advogado defensor (CADH, art. 8, §2º, inc. d)544
9. Direito a que os advogados sejam regidos por padrões profissionais mínimos, orientados exclusivamente pelo interesse de seu assistido e a que sejam independentes (CADH, art. 8, §2º, inc. d) 545
10. Direito a escolher e contar gratuitamente com os serviços de um advogado, para as pessoas que não puderem pagá-lo (CADH, art. 8, §2º, inc. e) 545
11. Direito à presunção de inocência (CADH, art. 8, 2, §1º) 545
12. Direito a permanecer em silêncio ou a não depor contra si mesmo (CADH, art. 8º, §2º, inc. g, e CADH, art. 8º, §3º) 546
13. Direito a permanecer em liberdade durante o processo, enquanto se espera pelo julgamento (CADH, arts. 7º, 2, 3, e 5)..... 546
14. Direito a estar presente no julgamento e a participar dele (CADH, art. 8º, §2º, inc. d) 546
15. Direito a que as decisões que afetam o acusado sejam motivadas em fundamentos razoáveis (CADH, art. 8º, §1º) 547
16. Direito a uma revisão integral da sentença condenatória (CADH, art. 8º, §2º, inc. h) 547
17. Direito a investigar o caso e a propor provas (CADH, art. 2º, inc. f)..... 547
18. Direito a contar com tempo suficiente e possibilidades para preparar a defesa (CADH, art. 2º, inc. c) 547
19. Direito à paridade de armas na produção, no controle da prova e no desenvolvimento das audiências públicas e com respeito ao contraditório (CADH, art. 2º, §1º) 548
20. Direito a contar com um intérprete de sua confiança e à tradução dos documentos e provas (CADH, art. 2º, inc. a) 548

Anexo II. Anexo 1 Diretiva 2012/13/ue do parlamento europeu e do conselho de 22 de maio de 2012	549
Modelo Indicativo de Carta de Direitos	549
A. ASSISTÊNCIA POR UM ADVOGADO/DIREITO A ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	549
B. INFORMAÇÕES ACERCA DA ACUSAÇÃO	549
C. INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO	550
D. DIREITO AO SILÊNCIO	550
E. ACESSO AOS DOCUMENTOS	550
F. INFORMAR OUTRAS PESSOAS SOBRE A SUA DETENÇÃO OU PRISÃO/INFORMAR O SEU CONSULADO OU EMBAIXADA	550
G. ASSISTÊNCIA MÉDICA URGENTE	551
H. PRAZO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	551
 Anexo III. Formato para a revisão documental	 553
1. Estatísticas gerais e outra informação	554
1.1 Auxílio para a assistência jurídica/despesa nacional	554
1.2 Sistema de justiça criminal.....	555
1.3 A profissão legal.....	556
1.4 Direito à informação sobre a acusação	556
1.5 O direito à defesa.....	558
1.6 Facilitar uma defesa efetiva	562
1.7 O direito aos serviços de interpretação e tradução	566
1.8 Garantias adicionais para grupos vulneráveis.....	567
1.9 Garantias para os julgamentos a revelia	567
 Anexo IV. Formato da resenha crítica.....	 569
Finalidade da resenha crítica	569
Guia de estilo	570
1. Introdução.....	570
2. O delito e seu contexto social e político	570
3. A estrutura e os processos do sistema de justiça criminal	571
4. Profissionais e instituições da justiça criminal	572

5. A organização da assistência jurídica	572
6. Direitos e liberdades	573
7. Conclusões preliminares	573
8. Bibliografia selecionada	573
Anexo V. Estrutura do relatório do país.....	575
1. Introdução (1.800)	575
2. Justiça gratuita (900)	575
3. Direitos legais e sua implementação (9.300)	576
3.1. O direito à informação	576
3.2. O direito à autodefesa.....	576
3.3. Direitos processuais	577
3.4. Direitos relativos à defesa efetiva	577
4. A cultura profissional dos advogados defensores/defensores públicos (1.800)	578
5. Compromisso político com uma defesa criminal efetiva (600)	579
6. Conclusões (900).....	579
7. Bibliografia.....	579